

Recebimento: 15/03/2020

Aceite: 01/08/2020

CAPITAL SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA POR AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO-SP

CAPITAL AND THE CONSTITUTION OF SOLIDARITY ECONOMY DEVELOPMENTS BY FAMILY FARMERS IN THE MUNICIPALITY OF SÃO JOSÉ DO BARREIRO-SP

Ana Iracema Neves Fagundes Nogueira de Oliveira¹

Moacir José dos Santos²

Resumo

O município de São José do Barreiro, localizado no estado de São Paulo, encontra-se estagnado economicamente e se caracteriza por uma economia predominantemente agrícola de subsistência. Uma alternativa para alterar favoravelmente as condições do município é a constituição de empreendimentos econômicos solidários por agricultores familiares. No entanto, para a constituição de EESs entende-se necessária a existência de capital social entre os produtores. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é diagnosticar se o capital social existente entre os agricultores familiares do município é favorável à constituição de empreendimentos econômicos solidários. A metodologia da pesquisa é exploratória e qualitativa. A coleta de dados foi realizada a partir do exame de documentos e por entrevistas com os agricultores familiares de São José do Barreiro. Os resultados demonstraram que há pouca cooperação e confiança entre os agricultores familiares; além disso, verificou-se que o nível de empoderamento é baixo. Conclui-se que o capital social existente entre os agricultores familiares não é favorável à constituição de EESs.

Palavras-chave: Capital Social. Economia Solidária. Desenvolvimento.

Abstract

The municipality of São José do Barreiro, located in the state of São Paulo, is economically stagnant and has a predominantly subsistence agricultural economy. An alternative to favorably change the conditions of the municipality is the establishment of empreendimentos econômicos solidários by family farmers. However, for the constitution of EESs it is considered necessary the existence of social capital among the producers. Thus, the objective of this work is to diagnose if the social capital existing among the family farmers of the municipality is favorable to the constitution of solidary

¹ Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional (UNITAU). Professora da Universidade de Taubaté, Taubaté – SP, Brasil. E-mail: professoraana.unitau@gmail.com

² Doutor em História (UNESP). Professor da Universidade de Taubaté, Taubaté – SP, Brasil. E-mail: professormoacirsantos@gmail.com

economic enterprises. The research methodology is exploratory and qualitative. Data collection was done through the examination of documents and interviews with the family farmers of São José do Barreiro. The results showed that there is little cooperation and trust among family farmers; in addition, it has been found that the level of empowerment is low. It is concluded that the social capital existing among family farmers is not favorable to the constitution of EESs.

Keywords: Social Capital. Solidarity Economy. Development.

Introdução

O município de São José do Barreiro está localizado no estado do São Paulo, que é responsável por gerar mais de 30% do PIB nacional (SEADE, 2017). O município também faz parte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) do estado de São Paulo – uma região altamente industrializada na qual se sobressaem os setores automobilístico, aeronáutico, aeroespacial e bélico nos municípios localizados no eixo da Rodovia Presidente Dutra (EMPLASA, 2016). No entanto, o município de São José do Barreiro tem apresentado indicadores sociais contrastantes com a realidade regional. Os indicadores de emprego e renda apresentam o pior desempenho. Nas últimas décadas, São José do Barreiro encontra-se estagnado economicamente (CONCEIÇÃO, 2015).

São José do Barreiro se caracteriza por uma economia predominantemente agrícola de subsistência. Em 2010, 30% da população do município residia na zona rural, que apresentava um número relevante de unidades de produção agropecuária – UPA – com características de agricultura familiar (IPEA, 2013; CATI, 2009). A agricultura familiar promove a geração de emprego e renda no meio rural, a redução do êxodo rural e a produção de alimentos básicos para a população (CASTRO, REZENDE e PIRES, 2014). Dessa forma, considera-se que o fortalecimento da agricultura familiar em São José do Barreiro, por meio da constituição de empreendimentos econômicos solidários (EESs), pode proporcionar a melhora de seus índices socioeconômicos (CONCEIÇÃO, 2015). A economia solidária é considerada uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico que gera novos postos de trabalho, (re)insere os trabalhadores excluídos, contribui para o aumento de renda e melhora a vida desses trabalhadores (BRASIL, 2015). O EES se constitui por meio da associação e da cooperação entre os atores sociais; seus princípios básicos são a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática e a divisão da receita líquida entre os cooperadores (SINGER, 2002). Todavia, uma das variáveis necessárias para a viabilização dos EESs é o acúmulo do capital social. O capital social é um recurso para a aquisição de outras formas de capital. Contudo, as condições de efetivação do capital social de uma população mais frágil, como os agricultores familiares, podem ser mais precárias, dificultando o acesso a outros tipos de capitais, como o econômico (BOURDIEU, 1980).

O objetivo da pesquisa foi diagnosticar se o capital social existente entre os agricultores familiares do município é favorável à constituição de empreendimentos econômicos solidários. O capital social pode ser estimulado por meio das políticas públicas. Assim, diagnosticar a potencialidade do capital social existente entre os agricultores familiares possibilitará definir a política pública e/ou ação que será necessária para fomentar o capital social, incentivar a constituição de EESs e viabilizar esses empreendimentos de agricultura familiar, com o intuito de promover o desenvolvimento socioeconômico local de São José do Barreiro (CARNIELLO e SANTOS, 2011).

Desenvolvimento, capital social e agricultura familiar

Não há uma definição universal do conceito desenvolvimento (SILVA, OLIVEIRA e ARAUJO, 2012). O aumento da renda e da riqueza (prosperidade econômica) não expressa essencialmente boa qualidade de vida, pois se pode verificar uma má qualidade de vida (altos índices de mortalidade prematura, alta taxa de analfabetismo, alta morbidade evitável, entre outros indicadores) mesmo em países com alto PIB *per capita* (SEN, 1993). Assim, é pertinente diferenciar crescimento econômico de desenvolvimento. O conceito crescimento econômico está relacionado ao aumento da capacidade produtiva. Mede-se o crescimento por meio do aumento da força do trabalho, da receita nacional poupada e investida e do grau de aprimoramento tecnológico de um país ou área econômica. Já o

desenvolvimento ocorre quando o crescimento econômico está acompanhado da melhoria de qualidade de vida (VIEIRA e SANTOS, 2012). Desenvolvimento é um termo multidimensional e interdisciplinar, pois está relacionado ao crescimento, mas, também, ao bem-estar e à sustentabilidade. Todavia, por ser um fenômeno complexo, não há ainda uma definição esclarecedora e conclusiva sobre o conceito desenvolvimento (SANTOS, BRAGA, SANTOS e BRAGA, 2012).

O conceito capital social é abordado em diversas disciplinas e áreas, e algumas vezes mal compreendido, como um antídoto mágico para os problemas sociais. Apesar da banalização do conceito, o capital social é um fator a ser considerado para a elaboração de projetos e de políticas públicas para a redução da pobreza, para a promoção do bem-estar social e para o desenvolvimento socialmente justo (LIMA, TERRA e CARNIELLO, 2013). Nas últimas décadas, apesar das discordâncias entre os estudiosos sobre o termo, as pesquisas sobre a formação de capital social têm se estendido da sociologia para outras áreas, como a ciência política e a economia. Após pesquisa dos diferentes conceitos de capital social, conforme Jacobs (1961), Coleman (1988), Fukuyama (1996), Putnam (2000), Ostrom e Ahn (2003), este estudo optou pela conceituação de capital social de Bourdieu (1980) e Araújo (2010). Para Bourdieu (1980), o capital social é um conjunto de recursos que potencializam os indivíduos a obterem resultados por meio de conexões sociais baseadas na vida cotidiana. O autor compreende o capital social como uma ferramenta ou recurso para a aquisição de outras formas de capital. Bourdieu contextualiza o capital social em uma hierarquia de recursos socialmente escassos e determinantes para a definição das condições de competição entre as diferentes classes sociais. Para o autor, o capital econômico determina outros tipos de capital, assim, entende que há uma hierarquia entre os tipos de capital, necessários à constituição e à reprodução das classes sociais. Bourdieu destaca que o capital social está subordinado aos efeitos relacionados à forma como se acessa o capital econômico e o capital simbólico, o que gera dificuldades para a organização e para a ação dos grupos pertencentes às classes sociais mais frágeis. Verifica-se um paradoxo, pois o capital social das camadas populares é fundamental para sua organização, no entanto suas condições de efetivação podem ser mais precárias, o que dificulta a organização e a ação conjunta para a superação das condições mais adversas. Araújo (2010) compreende o capital social como um instrumento que não opera solitariamente e que não substitui a necessária intervenção do Estado. Entende o capital social como um importante instrumento para a elaboração de políticas públicas que promovam a revitalização da sociedade civil e da democracia e o desenvolvimento sustentado (ARAÚJO, 2010).

Em 2003, a economia solidária passou a fazer parte das políticas públicas do governo federal brasileiro com a criação da Secretaria nacional de economia solidária (Senaes), pasta ligada ao Ministério do trabalho e emprego. No entanto, a Senaes foi marginalizada desde sua fundação com reduzido repasse (menos de 1% do orçamento do seu órgão) de recursos (NAGEM e SILVA, 2013). Os empreendimentos econômicos solidários (EESs) têm como princípios básicos a gestão democrática do empreendimento por participação direta ou por representação, a posse coletiva dos meios de produção, a divisão da receita líquida entre os cooperadores e a destinação do excedente por critérios acordados entre os cooperados (SINGER, 2002). O primeiro mapeamento nacional de economia solidária, realizado no período de 2003 a 2007, identificou cerca de 22 mil empreendimentos solidários. O segundo mapeamento, realizado entre o período de 2009 a 2013, verificou a existência de 1.423.631 sócios, distribuídos por 19.708 EESs brasileiros (GAIGER, 2013). Segundo o levantamento, a maioria dos EESs brasileiros está localizada na região nordeste, cerca de 40% do total dos EESs. Justifica-se essa concentração de EESs no nordeste, pois a economia solidária é utilizada na região como uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico sustentável. No nordeste, 72,2% dos EESs atuam no âmbito rural, 19,3% no urbano e 8,5% em ambas (rural e urbano). Apesar da alta concentração de EESs no nordeste, verifica-se que 74,7% dos sócios dos EESs nordestinos acessam a programa de transferência de renda. Dessa forma, entende-se que a renda obtida por meio dos EESs ainda não é suficiente para suprir as despesas dos participantes (SILVA, 2015).

No Brasil, a maioria dos EESs está concentrada na área rural (10.794) e o restante está distribuído pela área urbana (6.856) e pelas áreas rural e urbana (2.058). Essa informação justifica o fato de 55% dos participantes dos EESs brasileiros serem de agricultores familiares (SIES, 2013). O conhecimento atual sobre as características e as dimensões das iniciativas econômicas solidárias brasileiras, obtido principalmente por meio dos mapeamentos nacionais, possibilita afirmar que, no Brasil, a economia solidária é uma importante alternativa de inclusão social ainda em construção,

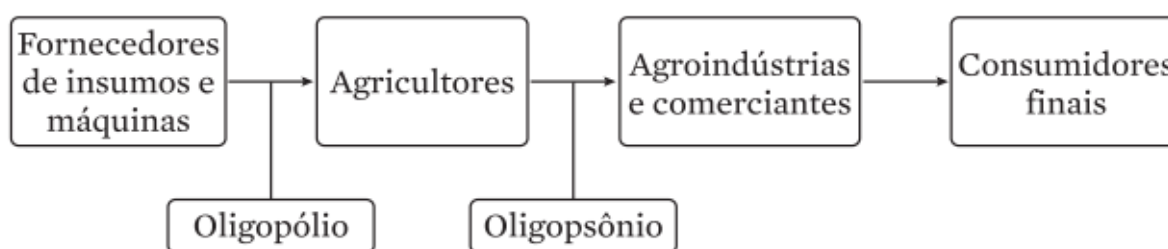
que se baseia na realização de atividades econômicas com práticas e valores de cooperação, de autogestão e de solidariedade (SILVA, 2011).

A agricultura familiar, no Brasil, promove benefícios socioeconômicos, pois gera emprego e renda no meio rural, reduz o êxodo rural e tem papel relevante na produção de alimentos básicos para a população. Esse segmento é responsável pela produção nacional de aproximadamente 38% de alimentos básicos da dieta do brasileiro, como arroz, feijão, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais (CASTRO, REZENDE e PIRES, 2014). Para conceituar o termo agricultor familiar, esse trabalho optou por utilizar a definição estabelecida pela Lei 11.326/2006. É considerado agricultor familiar o produtor que pratica atividade no meio rural; que seja pequeno proprietário ou arrendatário de até quatro módulos fiscais; que utilize mão de obra familiar e tenha renda familiar mínima e originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento. São também considerados agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e assentados da reforma agrária (IBGE, 2009; SARAIVA, SILVA, SOUSA, CHAGAS e TORAL, 2015).

Em 2006, existiam cerca de 4.367.902 estabelecimentos agropecuários de caráter familiar e 807.587 estabelecimentos, de caráter não familiar. No mesmo ano, o nordeste obtinha a maior concentração de estabelecimentos de agricultura familiar (50% do total dos estabelecimentos) e o centro-oeste obtinha a menor concentração de estabelecimentos (apenas 5% dos estabelecimentos). Os estabelecimentos de agricultura familiar detêm em torno de 20% das terras e ocupa 74% da mão de obra na área rural (IBGE 2009; CASTRO, 2015). No Brasil, do total dos estabelecimentos de agricultura familiar, 76% são proprietários da terra em que produzem e 20% têm acesso temporário ou precário às terras (arrendatário, ocupante, parceiro e produtor sem área). Para Castro (2015), o poder público tem auxiliado pouco esse segmento para realizar sua atividade. Ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira, a agricultura familiar foi negligenciada pelas diversas esferas governamentais, com falta de apoio desde o acesso à terra até a comercialização da produção. Apesar do pouco apoio a esse segmento no Brasil, verifica-se que algumas medidas foram tomadas para o incentivo e para o fortalecimento da agricultura familiar, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). No entanto, é necessário realizar aperfeiçoamentos e modificações nos programas de forma apropriada às especificidades de cada região para que possam realmente auxiliar o maior número de agricultores familiares (CASTRO, REZENDE e PIRES, 2014).

Outra dificuldade encontrada é a redução dos lucros obtidos pelos agricultores familiares em razão do alto custo de produção, como, por exemplo, o aumento dos custos com adubos e fertilizantes. Parte da renda dos agricultores familiares é apropriada pelo setor industrial com a aquisição de insumos industrializados (VIEIRA, 2014). Na cadeia produtiva da agropecuária, o setor industrial fornece os bens de capital e os insumos para os agricultores. O preço desses bens e insumos é determinado por fornecedores que, normalmente, formam um grupo reduzido (oligopólio). Os preços da produção dos agricultores na comercialização são determinados por compradores – estes constituem um número reduzido de agroindústrias de alimentos e comerciantes (oligopsônio), como apresenta a Figura 1:

Figura 1: Cadeia produtiva da agropecuária



Fonte: Vieira (2014).

Dessa forma, os agricultores suportam os custos mais elevados e obtêm as menores receitas, reduzindo muito sua rentabilidade e aumentando a renda do setor industrial. Essa relação dificulta

o acesso dos agricultores familiares ao capital econômico, tornando-os uma classe frágil. Para modificar essa relação, a cooperação e a associação entre eles podem ser uma alternativa para seu fortalecimento e melhor acesso ao capital econômico.

Método

Para verificar se o capital social existente entre os agricultores familiares do município de São José do Barreiro é favorável à constituição de empreendimentos econômicos solidários, realizou-se a investigação fundamentada na compreensão de capital social de Bourdieu (1980) e Araújo (2010). Para a realização deste estudo foi utilizada uma pesquisa exploratória, quanto ao objetivo, e qualitativa, quanto à abordagem do problema de pesquisa. Para a coleta de dados, foram realizadas pesquisa documental e entrevistas pessoais. Como filtro de pesquisa, para confirmar que o produtor era de fato um agricultor familiar e, portanto, um sujeito da presente pesquisa, inicialmente foi aplicado o questionário de identificação do produtor como agricultor familiar. Tal roteiro de questões foi elaborado com questões fechadas para identificar o agricultor familiar de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 11.326/06.

Para elaboração do roteiro de questões para entrevistas, foi escolhido o Questionário Integrado para Medir Capital Social – QI-MCS, proposto por Grootaert, Narayan, Jones e Woolcock (2003). Essa escolha é justificada porque o QI-MCS foi elaborado a partir de *surveys* sobre capital social que demonstraram confiabilidade, validade e utilidade. O QI-MCS contou, em seu processo de elaboração, com contribuições e críticas de consultores especializados, e também foi previamente testado em campo (GROOTAERT et. al., 2003). No entanto, algumas questões propostas pelo QI-MCS não foram suficientes para o conhecimento de determinados contextos; além disso, outras questões precisaram ser acrescentadas para contemplar as especificidades da amostra pesquisada. A amostra foi selecionada de forma não probabilística e por saturação teórica, resultando na amostra final de 12 produtores de leite. Neste estudo, foi utilizada a análise de conteúdo, baseado nos estudos de Bardin (2011). A análise foi realizada em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Assim, o QI-MCS foi adaptado para esta pesquisa exploratória e qualitativa e organizado, considerando-se as dimensões e os elementos específicos pesquisados, conforme quadro 1:

Quadro 1: Dimensões do Capital Social

Dimensões	Elementos Específicos Pesquisados
1. Grupos e redes	participação de associação; funcionamento democrático; extensão das conexões com outros grupos.
2. Confiança e Solidariedade	confiança entre os agricultores familiares; confiança nos membros do bairro/localidade; confiança no governo e líderes locais; existência da solidariedade entre os agricultores familiares.
3. Ação Coletiva e Cooperação	tipo de atividades desenvolvidas coletivamente; iniciativa para cooperar e participar de ações coletivas.
4. Informação e Comunicação	acesso aos meios de comunicação; meios de comunicação utilizados pelos agricultores familiares; meio de comunicação que utilizam para ter acesso às informações sobre ações do governo e mercado.
5. Coesão e Inclusão Social	inclusão; sociabilidade; conflito; violência.
6. Empoderamento e Ação Política	habilidade para tomar decisões que afetam as atividades cotidianas e que podem mudar o curso de vida dos agricultores familiares; ação política dos agricultores familiares.

Fonte: Elaboração própria, 2017.

O município de São José do Barreiro

São José do Barreiro está localizado no estado de São Paulo (Figura 2). O município abrange uma área territorial de 570,68 km², e sua população estimada no ano de 2016 foi de 4.183 habitantes. A densidade demográfica estimada para o município em 2016 foi de 7,33 hab/km² (EMPLASA, 2016). O município pertence à sub-região 4 da RMVPLN. A sub-região 4 é formada pelos municípios Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras. A RMVPLN, criada pela Lei Complementar 1.166/2012, é composta por 39 municípios paulistas, divididos em cinco sub-regiões, conforme apresenta a figura 2. A RMVPLN é uma região extensa, que concentra 2,4 milhões de habitantes e gera 5% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista. Apesar de o município de São José do Barreiro pertencer à RMVPLN, uma região altamente industrializada e próspera, atualmente o município se encontra estagnado economicamente.

Figura 2: Localização do município de São José do Barreiro na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo



Fonte: Adaptado pela autora (EMPLASA, 2016).

No auge do café, no século XIX, São José do Barreiro foi um dos municípios mais prósperos da região do Vale do Paraíba (RICCI, 2006). Mesmo com a queda da produtividade do café, São José do Barreiro manteve a monocultura cafeeira, o que dificultou o processo de diversificação e de modernização da agricultura e, conseqüentemente, inviabilizou o surgimento de novas oportunidades (CONCEIÇÃO, 2015). No período de 1960 e 1980, houve crescimento acelerado de alguns municípios do Vale do Paraíba devido ao processo de industrialização. Entretanto, a industrialização gerou poucos efeitos positivos em São José do Barreiro e nos outros municípios do Vale Histórico (Bananal, Arapeí, Areias, Queluz e Silveiras), pois essa região perdeu parte da sua força de trabalho, permanecendo com uma economia de subsistência (VIEIRA, 2009). São José do Barreiro tem como sua principal via de acesso a Estrada dos Tropeiros (SP-68) – um trecho da estrada que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, cortando o Vale Histórico – que, desde 1928, mesmo com a decadência do café, vinha mantendo parcialmente a economia da região. Entretanto, a inauguração da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), em 1951, contribuiu para o isolamento e para o esvaziamento econômico do município, pois a nova rodovia levou ao deslocamento da rota do comércio (CONCEIÇÃO, 2015).

O isolamento e a estagnação econômica do município dificultam a geração de trabalho e renda. Em 2010, o IFDM de São José do Barreiro foi de 0,6015, o menor índice entre os municípios da RMVPLN e um dos menores do estado de São Paulo, ocupando a 639ª posição dentre as 644 cidades do estado avaliadas naquele ano (FIRJAN, 2014). Verifica-se, de acordo com o sistema FIRJAN (2016), que o indicador emprego e renda é o mais baixo do município, quando comparado

com os indicadores educação e saúde, no período de 2009 a 2013. Observa-se que há um aumento no número da população de um município quando ocorre o crescimento econômico, muitas vezes devido a uma migração em busca de novas oportunidades de trabalho. No entanto, quando há estagnação econômica no município, devido à falta de perspectiva, a população tende a migrar para outros municípios com melhores perspectivas de trabalho e renda.

Esse fenômeno é verificado no município de São José do Barreiro, pois, apesar do aumento da população total no período de 1991 a 2010, ele foi muito menor quando comparado ao ocorrido no estado de São Paulo e no Brasil. Verifica-se que, no período de 1991 a 2000, houve um aumento de 5,34% da população total de São José do Barreiro, entretanto, no período de 2000 a 2010, a população total regrediu em 1,59%. A população total do estado de São Paulo e do Brasil aumentou em cerca de 30% no período de 1991 a 2010, enquanto no município de São José do Barreiro aumentou apenas 3,66% no período. Pode-se verificar uma elevação considerável da taxa de envelhecimento do município. Em 1991, estava em 5,90%, elevando para 8,09%, em 2000. E, em 2010, o resultado foi de 9,76% (IPEA, 2013).

Essa ascendência da taxa de envelhecimento da população de São José do Barreiro justifica a estagnação econômica, pois o município tornou-se incapaz de manter sua própria mão de obra qualificada ou atrair profissionais capacitados. De acordo com o IPEA (2013), a área rural é ocupada por 30% da população do município. A taxa de urbanização aumentou de 53%, em 1991, para 70%, em 2010, todavia a atividade econômica predominante no município é a agricultura de subsistência. Assim, o fortalecimento da agricultura familiar, incentivando a associação e a cooperação entre os produtores familiares, pode ser uma alternativa para superar a atual estagnação econômica e promover o desenvolvimento de São José do Barreiro.

Caracterização do capital social dos agricultores familiares de São José do Barreiro

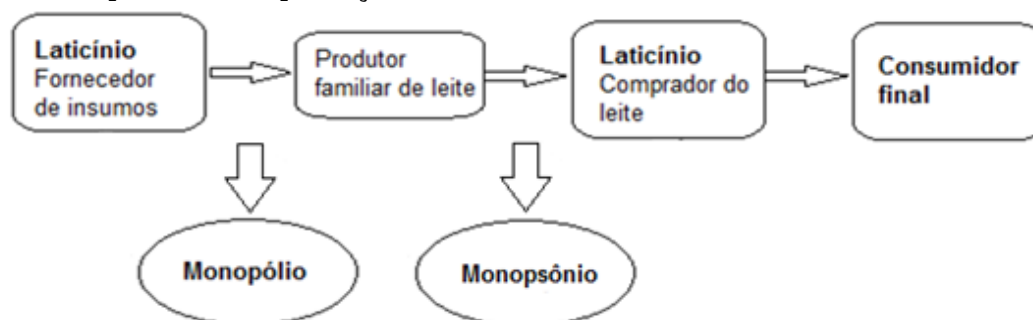
De acordo com o levantamento censitário de unidades de produção agropecuária do estado de São Paulo dos anos 2007 e 2008, existem 251 UPAs – Unidades de Produção Agropecuária – no município de São José do Barreiro (CATI, 2009). Conforme o IE/INCRA nº 20/1980, no município de São José do Barreiro um módulo fiscal equivale a 24 hectares. Para ser considerada propriedade de agricultura familiar a UPA deve ter até quatro módulos fiscais (96 hectares). Dessa forma, 173 UPAs podem ser consideradas unidades de produção de agricultura familiar no município. Os agricultores familiares enfrentam diversos desafios; um deles é inserir sua produção no mercado de forma competitiva e ainda receber pela venda o preço justo. Uma alternativa ao agricultor familiar é participar do PNAE, pois 30% do repasse dos recursos para aquisição da merenda escolar devem ser utilizados para comprar alimentos de agricultores e empreendimentos familiares. No entanto, os agricultores familiares, quando trabalham individualmente, não conseguem produzir a demanda solicitada. Verifica-se que os percentuais referentes à compra de alimentos de agricultores familiares em relação ao valor total do recurso transferido ao município, no período de 2011 a 2014, ainda está bem abaixo dos 30% garantidos por lei. No ano de 2011, o percentual de alimentos adquiridos da agricultura familiar era 2,91% do total do valor transferido, um percentual extremamente baixo. No entanto, no ano de 2014, o percentual saltou para 13,93%, mas ainda assim está abaixo do percentual garantido aos agricultores familiares (FNDE, 2016).

A constituição de EESs pelos agricultores familiares do município pode alterar favoravelmente as condições de São José do Barreiro, pois a cooperação entre os produtores contribuirá para o aumento da renda e a melhora da qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento local (CONCEIÇÃO, 2015). Para a constituição e a viabilização de EESs é necessário que haja capital social entre os agricultores familiares (CARNIELLO e SANTOS, 2011). Para melhor compreensão sobre a população pesquisada, serão feitos breves apontamentos sobre os 12 produtores familiares entrevistados. Todos os pequenos produtores rurais entrevistados são produtores de leite e dependem da renda obtida da venda deste produto para o sustento da sua família. Alguns deles cultivam horta apenas para o seu próprio uso. Não foram encontrados produtores rurais que se sustentem apenas com a renda obtida por meio da venda de hortaliças ou grãos. Nas feiras livres do município, verificou-se que os poucos produtores que cultivam verduras vendem apenas o excedente, e que o seu rendimento principal é obtido por meio de outras fontes (são funcionários públicos ou funcionários nas fazendas).

Observou-se que 50% dos produtores de leite arrendam suas propriedades e os outros 50% herdaram a propriedade. A extensão das propriedades varia de 4 hectares a 72 hectares. O número de cabeças de gado por produtor varia de 6 a 60. A totalidade dos produtores de leite pesquisada

produz para apenas um comprador (laticínios da região); a maioria dos produtores compra a ração e outros insumos necessários para a produção do leite do laticínio para o qual vende – assim se configura situação econômica de monopólio na compra dos insumos e de monopsônio na venda do leite, como apresenta a Figura 3.

Figura 3: Cadeia produtiva da produção familiar de leite em São José do Barreiro



Fonte: Elaboração própria, 2017.

A produção de leite por dia varia de 27 litros a 300 litros, dependendo da quantidade de cabeças de gado que o produtor possui. Apenas dois produtores relataram utilizar ordenhadeira mecânica. O preço do leite é estabelecido pelo laticínio, o que é comunicado por meio de circulares. Os produtores de leite entrevistados trabalham de 10 a 16 horas por dia, todos os dias da semana. A renda mensal bruta por pessoa e por propriedade é de R\$333,00 a R\$6.000,00. O número de pessoas por propriedade varia de 2 a 4; normalmente são marido, esposa e filhos. Os produtores relataram viver com dificuldade financeira, principalmente os produtores que arrendam suas propriedades e que possuem um número menor de gado. Ressaltaram a dificuldade em comprar gado leiteiro pelo seu alto custo. Verifica-se, desse modo, que a relação de dependência que os produtores têm com o laticínio fragiliza o produtor familiar de São José do Barreiro. Nessa relação, o laticínio estabelece o preço dos insumos necessários e da produção, aumentando seus ganhos e reduzindo a renda do produtor familiar. Essa renda reduzida dificulta o acesso a bens importantes para o produtor familiar, como terra, gado, ordenhadeira mecânica, entre outros (capital econômico). Na ânsia de sua sobrevivência, o produtor aumenta sua carga de trabalho para aumentar sua produção, deixando muitas vezes de conviver com a comunidade, restringindo-se apenas ao convívio com seu núcleo familiar, dificultando o desenvolvimento e o acúmulo do capital social. A seguir, serão apresentadas as características de capital social diagnosticadas entre os produtores familiares de São José do Barreiro, conforme as dimensões propostas pelo Banco Mundial (GROOTAERT et. al., 2003).

Dimensão 1 – Grupos e redes

A participação em associações e redes possibilita o acúmulo do capital social (GROOTAERT et. al., 2003). Verificou-se que a maioria dos produtores entrevistados não participa ou participou de nenhum grupo ou rede. Também não houve relato de que seus familiares participem ou participaram de algum grupo ou rede. Apenas um dos entrevistados disse fazer parte de uma rede que iniciou recentemente, da qual participam produtores de leite de São José do Barreiro e Areias. Segundo o produtor, essa rede oferece aos pequenos produtores de leite auxílio e acompanhamento de veterinário e agrônomo. O produtor não investe nenhum recurso financeiro na rede, apenas recebe informações, acompanhamento e ensinamentos de procedimentos que deve seguir. O produtor espera receber dessa rede conhecimento e auxílio que contribuam para a melhora genética do seu gado leiteiro, para aumentar a quantidade de leite e, assim, aumentar seus lucros. De acordo com esse jovem produtor: “O projeto deles hoje oferece tudo que nós produtores precisamos. Que é o auxílio e acompanhamento de veterinário, agrônomo... e a inseminação, tudo!” (Produtor 2). O produtor pode informar muito sobre a rede, pois havia iniciado sua participação há duas semanas.

Na busca por mais informações sobre essa rede, por meio de contato via e-mail com o consultor técnico, verificou-se que ela faz parte do Programa Leite no Vale Histórico. Esse programa é uma iniciativa privada que surgiu da parceria de 3 empresas: ZOETIS, IBS e SEI. O intuito do programa é promover especialmente ações para a melhoria genética e de saúde animal; ampliar o conceito de semiconfinamento, com destaque para o planejamento da nutrição animal; ampliar o conhecimento e a prática de pastagens e o manejo semi-intensivo; melhorar a qualidade de ordenha

e entrega do leite. Para participar dessa rede, o produtor precisa cumprir certos critérios obrigatórios: produzir de 100 a 300 litros de leite bovino ao dia; ter mais de uma pessoa dedicada à atividade leiteira; ter ao menos uma pessoa alfabetizada na propriedade que possa atender o projeto; ter o comprovante de vacinação da campanha de aftosa e ter a inscrição de produtor rural ou pessoa jurídica adequada. Apesar de as primeiras visitas para divulgar o programa aos produtores terem se iniciado em 2016, as visitas técnicas para o desenvolvimento de tais ações se iniciaram em janeiro de 2017 e tinham previsão de se encerrarem em dezembro de 2018. No entanto, não pareceu haver uma participação democrática dos produtores participantes na rede; eles apenas devem assimilar as informações e agir exatamente conforme orientação, para continuarem a participar do programa e receber os benefícios.

Alguns dos produtores entrevistados são sindicalizados, porém sua participação é restrita a palestras e oficinas oferecidas pelo sindicato. Um dos entrevistados disse fazer parte da diretoria do sindicato, mas frisou que: *“No sindicato não há muitas decisões... as decisões são tomadas mais pelo presidente mesmo”* (Produtor 3). Nas entrevistas, constatou-se que os produtores têm muitos conhecidos, mas têm poucos amigos próximos em quem confiam e com quem podem contar. Eles confiam realmente apenas nos seus parentes mais próximos, como relata o produtor 4: *“É aquela história... na hora boa tá agarrado e na ruim também tá, né! É a única coisa que alenta... a família! Os familiares que eu digo é só esposa e filhos. O resto não! O resto Deus me livre e guarde!”* Entende-se que uma rede é formada a partir de relações sociais que se estreitam com o convívio, tornando os integrantes mais próximos, possibilitando a confiança entre eles e permitindo a troca de saberes, contudo os produtores demonstraram ter um círculo muito pequeno de pessoas em que confiam, prejudicando a formação de redes de apoio e cooperação. Após analisar a dimensão associações e redes, verifica-se que o fato de os pequenos produtores de leite não participarem de associações e redes dificulta a acumulação do capital social entre eles. Dessa forma, identifica-se uma alta dificuldade de associação e no funcionamento democrático, além da ausência de conexões com outros grupos.

Dimensão 2 – Confiança e solidariedade

Ao questionar os produtores sobre o que os leva a confiar em alguém, todos responderam que confiam naqueles que cumprem a palavra, que honram seus compromissos, como ressalta o produtor 3: *“A palavra... eu sou do tipo do meu pai que não precisava de papel... é o aperto de mão e acabou. Eu ainda sou desse tempo antigo ainda.”* Muitos produtores entrevistados ainda valorizam a palavra como no passado, na época dos seus pais e avós, quando um aperto de mão era suficiente para se fechar um negócio (ARAÚJO, 2010). No entanto, os produtores relatam que as pessoas não são mais confiáveis, por isso precisam conhecer bem a pessoa antes de confiar, principalmente quando envolve recursos financeiros, como descreve o produtor 4: *“Aí é aquele tal negócio... há algumas pessoas de confiança, né! Mas há algumas... eu tô descrente. A falsidade... a falsidade humana é a pior coisa. A falsidade é que derruba tudo.”*

Observou-se que os produtores confiam plenamente em seus familiares, mas restringem o núcleo familiar aos seus pais, cônjuge e filhos. Constatou-se que essa cultura de confiança restrita à família é prejudicial para a associação voltada para negócios, pois é necessária a interação com outras pessoas além do núcleo familiar, e deve-se confiar em contratos e regras para que de fato um negócio aconteça (ARAÚJO, 2010). A maioria dos produtores diz confiar nos membros do município, mas ressalta que confia apenas naqueles que conhece e sabe que são de confiança. Os produtores estão desacreditados não só nos políticos locais, mas nos políticos em geral e até mesmo no sindicato rural do município, conforme relata o produtor 4: *“Particpei do sindicato quando funcionava na cidade. Hoje em dia não funciona. Só funciona entre uma meia dúzia ali... escapô dali já era! Não serve pra nada!”*

A descrença e a ausência de confiança devem-se principalmente às promessas não cumpridas. Essa descrença e esse desencantamento dos produtores podem estar desfavorecendo os valores democráticos (ARAÚJO, 2010). Apesar de muitos dizerem que não há união entre os produtores, observa-se um nível maior de proximidade e confiança entre eles, e até mesmo um pouco de cooperação, como comenta o produtor 8: *“Ah... o produtor rural não tem aquela união assim... vamo fazê junto... vamo mandá um leite na cooperativa pra receber um preço melhor. É difícil! Mas o que pode servir um ao outro, sempre serve. Eu acho que sim... eu confio, sim!”* Verificou-se cooperação entre produtores vizinhos ou amigos, em algumas situações, como, por exemplo, no auxílio para desatolar ou encontrar uma vaca, ao chamar a ambulância ou emprestar o carro para

levar alguém ao médico, em fazer empréstimos de pequena quantia de dinheiro, em tomar conta da propriedade do vizinho por um curto período de tempo, entre outros. Ao analisar a dimensão confiança e solidariedade, verifica-se que há um nível baixo de confiança quando se trata do envolvimento de recursos financeiros e da realização de negócios, porém há um nível melhor de confiança e solidariedade entre os pequenos produtores quando se trata de pequenos serviços. Confiança é a base do capital social; sentir e saber que pode confiar possibilita ao indivíduo receber mais colaboração e aproveitar melhor as oportunidades que surgem (ARAÚJO, 2010). A ausência da confiança, ou seu baixo nível, prejudica o acúmulo de capital social.

Dimensão 3 – Ação coletiva e cooperação

A ação coletiva é um aspecto importante da vida de uma comunidade. Nessa dimensão, verificou-se o grau de ação coletiva, o tipo de atividades desenvolvidas coletivamente e o grau de cooperação (GROOTAERT et. al., 2003). Assim, constatou-se que há um grau muito baixo de ação coletiva entre os produtores rurais. A maioria deles nunca participou de ações coletivas; apenas dois deles participaram, quando ainda jovens, do mutirão de roça, como relata o produtor1: *“A gente de primeiro trabalhava...quando meu pai começou a mexer... a gente fazia esse mutirão, mas era assim... hoje um ia pra um, outro dia a gente ia pra outro. A gente, assim, na roça trabalhava bastante.”* Esse mutirão era formado por produtores vizinhos e era baseado na cooperação e na confiança entre eles. Não havia envolvimento de recursos financeiros, os únicos benefícios que tinham eram o almoço (às vezes) e sua propriedade roçada. Alguns produtores relataram que no passado (20 a 30 anos atrás) seus pais ou avós participavam de ações desse tipo, mas que atualmente não existem ações desse tipo.

Quando perguntados do porquê de não haver mais ações como a do mutirão atualmente, as respostas foram: por causa do interesse ou necessidade do produtor em receber pagamento; não há mais propriedades com extensas plantações no município; a existência de máquinas facilitou o trabalho e já não é necessária tanta mão de obra; as roças se extinguíram pela dificuldade de plantio e cultivo (leis ambientais). Verificou-se que os produtores se ajudam, mas são ações isoladas; ajudam somente quando são solicitados, e normalmente a ajuda é com pequenos serviços, como afirma o produtor 9: *“Ah... não tem condições de estarem ajudando, né! Financeiramente, é difícil de ajudar. As vez ajuda! As vez um cara precisa aí numa criação ferrar o cavalo, a gente vai lá e ajuda.”*

Os produtores relataram que têm uma carga horária alta de trabalho e mal conseguem cuidar do seu próprio negócio (seu sustento), por isso não participam de outras ações comunitárias. Além disso, ressaltam a dificuldade financeira que constantemente estão enfrentando, devido à dificuldade da seca, à queda do preço do leite, a problemas de saúde, a problemas com o gado, entre outros. Frisam que se esforçam para não precisar de ajuda, para não depender da ajuda alheia, ou atrapalhar outros produtores que também estão na mesma situação financeira difícil, como descreve o produtor 8: *“Agora na roça a gente não tem muito recurso mais. Não tem mais gente, então todo mundo toca apertadinho. Então, não pode tá dependendo muito um do outro. Aí a gente evita de incomodar um ao outro.”* Alguns produtores acreditam que a união entre eles poderia fortalecer-los, mas não acreditam que isso aconteça. Entendem que a classe dos produtores rurais é muito desunida e que alguns dos motivos para a desunião seriam: falta de tempo para se reunirem, pensamentos divergentes e falta de recursos financeiros, como reforça o produtor 4: *“Eu acho que é a classe mais desunida que tem. Você vê, já começa pelo sindicato rural, não serve pra nada! É desunido. Se fosse unido, a coisa seria diferente. Mas talvez a necessidade do dia a dia faça que não consiga unir. Você não tem como fazer uma greve, não tem como fazer nada. Você precisa do gato pingado. É desunida demais!”*

Constatou-se, ao analisar a dimensão ação coletiva, que no passado a cooperação entre os produtores era mais forte, sendo comum a união dos produtores e seus familiares para roçar as propriedades dos integrantes do mutirão. Em 2007/2008, conforme o levantamento censitário das unidades de produção agropecuária do estado de São Paulo, apenas 11% das UPAs de São José do Barreiro faziam parte de cooperativa de produtores, e cerca de 6% das UPAs faziam parte de associação de produtores (CATI, 2009). Verifica-se, assim, que a não participação dos agricultores familiares em redes e associações, a baixa confiança entre eles (quando recursos financeiros estão envolvidos) e a pouca cooperação entre eles são fatores que dificultam a acumulação de capital social. Faz-se necessário reviver a cultura de confiança e solidariedade existente no passado, para que, assim, aconteça a formação e o acúmulo de capital social entre os produtores rurais de São José do Barreiro.

Dimensão 4 – Informação e comunicação

Nessa dimensão, identificou-se uma lista das fontes de informação e dos meios de comunicação utilizados pelos produtores rurais. O acesso à informação é fundamental para ajudar os produtores rurais a terem uma voz mais ativa em assuntos relativos ao seu bem-estar. A infraestrutura de comunicação também foi verificada nessa dimensão (GROOTAERT et. al., 2003). Verificou-se que os produtores rurais se comunicam utilizando o celular. Contudo, quando precisam falar com algum outro produtor rural, vão até a propriedade para falar pessoalmente, como comenta o produtor 10: *“A gente, quando quer falar com as pessoas desse tipo assim, a gente vai até ele. Porque as vez a gente precisa conversar mesmo, né?! Aí a gente vai até a casa dele.”*

Para obter informações sobre o que acontece no município e na região, a principal forma é o rádio e o bate-papo informal com amigos ou conhecidos. Utilizam pouco a televisão e o rádio para entretenimento, mas às vezes assistem a alguns canais específicos como o Canal do Boi e Terra Viva, e alguns jornais para saber mais notícias da região e do país. O preço do leite é informado por meio de circulares mensais enviadas pela fábrica compradora do leite. Apenas três produtores utilizam a internet. Um deles acessa a internet também para obter informação que possa contribuir para melhoria do seu negócio, os outros dois acessam para se comunicar com os filhos.

As vias de acesso às propriedades são, em sua grande maioria, de terra e estão em boas condições, mas frequentemente precisam de manutenção. Verificou-se que a maioria dos produtores costuma ir com frequência ao centro para pagar contas, fazer compras, sacar dinheiro no banco, ir ao laticínio, mas poucos vão ao centro para lazer, como relata o produtor 9: *“Eu só saio pro meu serviço. Venho pra cá e chego à noite. Então não tenho muito tempo pra tá passeando. Pra ficar batendo papo, não. Até é importante isso, mas não dá muito tempo.”* O tempo de viagem das propriedades ao centro varia de 10 a 40 minutos, dependendo da distância. O produtor 7 ressalta a dificuldade de se reunir as pessoas: *“Eu quase não saio. Às vezes eu saio dia de domingo. Vou à igreja, um pouquinho na praça, mas é difícil, sabe?! Juntá todo mundo assim. Difícil, nossa! O tempo é curto demais!”*

Os produtores, em média, vão de duas a três vezes no ano para cidades próximas (Areias, Arapeí, Cruzeiro e Resende) para visitar parentes, consultar um médico e fazer compra de itens que não encontram em São José do Barreiro. O tempo de viagem varia de 40 minutos a 1 hora. Ao analisar a dimensão informação e comunicação, verifica-se que os agricultores familiares têm fácil acesso aos meios de comunicação (celular, rádio, televisão), sendo que o rádio e o contato pessoal são os meios de comunicação mais utilizados para obterem informações sobre as ações do governo e sobre o mercado. Mesmo com acesso aos meios de comunicação, verifica-se que alguns produtores não têm informação ou têm informações distorcidas sobre programas do governo, como o PNAE e o PRONAF, programas que contribuiriam para o seu fortalecimento.

Especificamente em relação ao PRONAF, entende-se que a distorção de informação e a falta de engajamento do poder público local impactam diretamente no desenrolar desse programa que deveria possibilitar o acesso ao crédito ao agricultor familiar. O PRONAF deveria contribuir para o fortalecimento do agricultor familiar, sendo um instrumento de fomento e de desenvolvimento da comunidade rural de São José do Barreiro, todavia está relegado ao ostracismo (ROCKENMEYER, 2016). Constatou-se que, nas propriedades rurais que ficam próximas ao centro do município, os produtores vão com frequência ao centro urbano. As estradas normalmente estão boas, mas para algumas propriedades há apenas uma via de acesso. Os agricultores familiares entrevistados produzem leite e já têm um único cliente (laticínios da região). A entidade compradora da produção de leite dos agricultores familiares vende para eles a ração e qualquer outro produto de que eles precisam para manter a produção de leite. Dessa forma, não veem necessidade de sair do município, como relata o produtor 12: *“Eu compro na fábrica onde eu entrego o leite. Lá vende tudo! Milho, ração, farelo, ferramenta. Todo laticínio que pega leite tem um lugar pra fornecer as coisas para o produtor.”*

Dimensão 5 – Coesão e inclusão social

Nessa dimensão, buscou-se identificar a percepção geral de comunhão e proximidade entre os membros do município e entre os produtores rurais; a natureza e o tamanho das diferenças que normalmente ocorrem nas comunidades; o grau de sociabilidade; o grau de violência existente no município; os grupos excluídos dos serviços públicos essenciais (GROOTAERT et. al., 2003).

Verificou-se que no município todos se conhecem, porém existe comunhão e proximidade apenas entre alguns membros pertencentes a determinados grupos. Entre os pequenos produtores rurais, esses grupos são menores em quantidade, no máximo de quatro produtores, que geralmente são vizinhos ou parentes.

Ao investigar a natureza e o tamanho das diferenças que ocorrem no município, constatou-se que poucos sentem alguma diferença. Os produtores se acham incluídos, pois são convidados para todos os eventos que ocorrem no município. No entanto, sentem preconceito no olhar e no tratamento de outras pessoas, quando vão ao centro urbano do município. A única diferença notada refere-se à renda; o produtor diz sentir a diferença de tratamento dado no município às pessoas de baixa renda, como desabafa o produtor 1 a respeito de sentir discriminação: *“As vez ocê chega em algum lugar e a pessoa fica te encarando de cima embaixo, então a gente caba sentindo. Não sei se é por maldade da pessoa, mas a gente caba sentindo.”*

Os demais produtores não mencionaram outras diferenças ou preconceitos, todavia a maioria não participa de eventos sociais, podendo estar alheios ao que realmente acontece, como explica o produtor 1: *“Sempre que tem alguma coisa eles até convida a gente pra participá. Só que a vez eu não tenho condições memo. Causa de serviço aqui. Não tem tempo pro cê. Agora não tá tendo, mas tinha curso... umas coisa... que sempre eles vêm convidá as pessoa pa fazê. Então geralmente quem não faz é quem não qué. Ou quem não tem condição de fazê. Porque nessa parte eles tão sempre convidano.”*

Dessa forma, identificou-se um grau muito baixo de sociabilidade entre os produtores. A maioria dos produtores diz não gostar de barulho e tumulto, não têm o hábito de participar de eventos sociais. São receptivos, mas não costumam frequentar a casa de amigos, apenas de parentes. O motivo é alta carga de trabalho que realizam todos os dias, restando tempo apenas para descansar. Trabalham em média 14 horas por dia, sete dias na semana, e por isso não têm tempo para o lazer. Dizem receber pessoas em casa (amigos e familiares), mas mal veem a visita, porque estão no trabalho. Observou-se que o grau de violência no município de São José do Barreiro é baixo. Apenas três produtores relataram as mesmas 2 ocorrências de violência e roubo que aconteceram no município há dois anos. A primeira ocorrência foi com um fazendeiro, que, na ocasião, foi espancado em casa pelo delinquente que buscava dinheiro, e o delinquente não foi preso. A segunda ocorrência foi um caso de roubo de ferramentas em uma propriedade. Verificou-se que os agricultores se sentem seguros por não haver ações de violência frequentes na comunidade ou no município. Os produtores acreditam que São José do Barreiro é um município pacífico, mas ficam apreensivos nos dias de festas quando vêm participantes de fora do município, como afirma o produtor 4: *“Aqui ainda pode dormir de janela aberta durante a semana. Agora quando tem festa aí você fica de olho, dá muita gente de fora. Cachaça e droga que vem. Mas só o povo daqui é tranquilo!”*

Dimensão 6 – Empoderamento e ação política

Nessa dimensão, verificou-se a habilidade dos produtores em tomar as decisões que afetam suas atividades cotidianas e que podem mudar o curso de suas vidas, e também seu engajamento cívico (escrever petições, votar em eleições, manter envolvimento político) (GROOTAERT et al., 2003). Constatou-se que a maioria dos produtores acredita ter autonomia para tomar as decisões que afetam suas atividades cotidianas. Alguns desses produtores relataram que decidem juntamente com seu cônjuge as ações que podem mudar o curso de suas vidas. De acordo com Freire (1987, p. 91), *“[...] enquanto a decisão não está em quem deve decidir, mas fora dele, este apenas tem a ilusão de que decide”*. Desse modo, verifica-se que a maioria não tem a consciência da dependência das decisões referentes a preço e quantidade estabelecidos pelo laticínio. Apenas um produtor entende não ter o controle sobre sua vida, pois acredita que a influência das ações do governo e a falta de recursos financeiros interferem em suas decisões, como expressa a fala do produtor 11: *“Hoje é muito difícil. Depende do governo, depende da família, depende de dinheiro, e dinheiro tá difícil, então depende de várias coisas hoje.”*

Dos produtores entrevistados, apenas um afirmou ter conhecimento da união de alguns membros de São José do Barreiro para entregar petições à prefeitura (pedidos para impedir o aumento dos salários dos vereadores e para resolver o problema do abastecimento de água), mas ele não participou dessas petições, apenas ouviu dizer. Os demais produtores nunca escreveram ou participaram de uma petição e não têm conhecimento de quem o tenha feito. Quando questionados se votaram na última eleição, a maioria respondeu que sim. Todos afirmaram que acham importante votar, mas alguns disseram que o voto não deveria ser obrigatório. Acreditam que o voto obrigatório

faz as pessoas elegerem candidatos despreparados como forma de protesto. Entendem que o eleitor sem obrigação de votar só irá à urna se acreditar que o candidato realmente merece sua confiança, e para isso os políticos vão ter que se esforçar mais para conquistar o voto do eleitor, vão ter de cumprir suas promessas. Para se decidirem por um candidato, os produtores normalmente escolhem os mais humildes, aqueles que os cumprimentam, que parecem ser honestos e capazes de fazer algo pela população. Todavia, alguns produtores também falaram que votam naqueles candidatos com quem eles podem contar. Verificou-se que ainda há a ideia de que os políticos bons são aqueles que resolvem os problemas específicos do indivíduo; há uma dificuldade em se pensar no bem do coletivo.

Ao serem questionados sobre pagar algum dinheiro adicional a membros do governo para conseguir algum serviço ou resolução de algum problema, todos disseram que nunca precisaram pagar. Verificou-se, ao analisar a dimensão empoderamento e ação política, que os agricultores familiares se sentem com autoridade para tomar as decisões que possam mudar o rumo das suas vidas. Entretanto, na cadeia produtiva, são dependentes dos laticínios de leite para comprar os insumos e para a venda do leite produzido. Os produtores têm pouca participação em ações políticas. Sabem a importância de votar e de acompanhar os governantes eleitos, mas estão desacreditados nos políticos, como afirma o produtor 5: *“Tem que votar pra melhorar, né! Acho importante. A gente vota na pessoa que tem condições de governar, né!”* Acreditam que a maioria dos políticos é corrupta e não cumpre as promessas. E ainda pensam na política como um meio de se conseguir benefícios individuais e não coletivos, como se verifica na fala do produtor 6: *“Eu acho que tem que votar numa pessoa boa, né! Uma pessoa que o que você precisou e vai procurar não vai fazer pouco caso do cê. A gente não precisa de nada, mas se um dia precisá tem com quem contá.”*

Assim, acredita-se que há uma baixa acumulação de capital social entre os agricultores familiares. Percebe-se que os agricultores familiares que vendem para a fábrica se acomodaram porque já têm cliente certo, no entanto, com a seca, estão com dificuldade de produzir a quantidade de leite exigida pelo laticínio. A seca tem também prejudicado os pequenos produtores, que não conseguem produzir a quantidade mínima de leite para conseguir vender ao laticínio. A união e a cooperação entre os agricultores familiares poderiam contribuir para o aumento da produção de leite. Uma maior quantidade de leite possibilitaria a venda, mas também para outros clientes, como para o poder público por meio do PNAE. Dessa forma, os produtores familiares deixariam de ser dependentes de um único cliente.

Os agricultores familiares de São José do Barreiro pertencem a uma classe social mais frágil. Os produtores familiares se encontram em uma relação econômica de monopólio e monopsonio, o laticínio é o seu único fornecedor e comprador, estabelece o preço dos insumos necessários para a produção e o preço e a quantidade do leite produzido. O laticínio eleva sua renda e repassa os maiores custos para o produtor familiar, que obtém uma renda reduzida com a venda da sua produção a um único cliente, dificultando o seu acesso ao capital econômico. Para arcar com os custos do arrendamento da terra, dos insumos, dos remédios para o gado e ainda para o seu sustento, o produtor familiar aumenta a sua carga horária de trabalho, no intento de conseguir produzir mais e tentar aumentar seu ganho na quantidade produzida. Consequentemente o produtor deixa de participar do convívio com a comunidade, restringindo seu convívio ao núcleo familiar, prejudicando sua capacidade de se organizar, associar, cooperar e confiar, dificultando o desenvolvimento e o acúmulo do capital social.

Para que os produtores possam realmente aumentar a sua renda, entende-se ser necessária a sua associação para a constituição de EESs que permitiriam aos agricultores ter acesso ao crédito (cooperativa de crédito), produzir alguns dos seus insumos (produção em cooperação de milho, farelo, silagem), agregar valor ao produto (produção em cooperação de manteiga, queijos, doces) e distribuir seu produto ao consumidor final (feiras livres). No entanto, verificou-se que não há acúmulo de capital social favorável à viabilidade desses EESs. Esse é o paradoxo mencionado por Bourdieu (1980): o capital social é fundamental para a organização dos produtores familiares de leite, porém suas condições de efetivação são precárias, o que dificulta a superação de suas condições de produção e o seu acesso ao capital econômico. Desse modo, vê-se quão necessária é a realização de ações efetivas juntamente com os produtores de leite, inclusive com políticas públicas, para que os produtores familiares possam superar a simples tomada de consciência da relação de dependência que têm atualmente com o laticínio e se mobilizem para a constituição de alternativas econômicas à atual realidade. Para o fortalecimento desses produtores, também são necessárias ações efetivas de capacitação e de orientação técnica sobre manejo, como as do programa Leite no Vale Histórico.

Entende-se serem necessárias ações do poder público municipal que estimulem a acumulação de capital social entre os agricultores familiares. Por exemplo, a criação de políticas públicas municipais que capacitem e qualifiquem os agricultores familiares, motivando-os para que se tornem agentes de mudança, capazes de questionar, desafiar, propor, buscar novas maneiras de fazer as coisas, enfim, para que os tornem capazes de criar estratégias para seu próprio desenvolvimento (BASSO, 2006). Para isso, faz-se necessária uma intervenção efetiva do Estado por meio de políticas públicas locais específicas para a realidade dos produtores familiares de leite do município, juntamente com políticas públicas já existentes, como o PNAE, PRONAF e PNATER, para criar condições para desenvolver e acumular capital social entre os produtores familiares de leite.

Um exemplo da parceria entre o setor público, o privado e a sociedade civil que tem obtido bons resultados são as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) da região de Alentejo, em Portugal. A ADL é formada por entidades gestoras que iniciaram verdadeiros desafios, particularmente nas áreas rurais, estabelecendo parcerias, definindo planos de ação de médio prazo, identificando prioridades e definindo estratégias geradoras de sinergias locais. Essas parcerias têm o intuito de incentivar o sentimento de pertencimento e de cultura local, de utilização dos recursos locais, de valorizar a participação da comunidade local, tendo como objetivo o desenvolvimento integrado, articulando diferentes grupos e setores (REVEZ, 2014). Uma parceria entre o setor público, o privado e a sociedade civil em São José do Barreiro, e com outros municípios do vale histórico, seria viável para o fortalecimento não só dos produtores familiares de leite, mas para o fortalecimento de todos os agricultores familiares da região, e até de outros setores, como o turismo rural, o turismo histórico e o ecoturismo, promovendo o desenvolvimento local.

Considerações finais

O município de São José do Barreiro encontra-se estagnado economicamente, principalmente pela dificuldade de gerar novas oportunidades de emprego e renda. Dessa forma, o município não tem conseguido deter sua própria mão de obra jovem, que se evade em busca de melhores perspectivas nos municípios da região. Entende-se que uma alternativa para modificar esse quadro econômico é o incentivo ao fortalecimento da agricultura familiar, principalmente pelo fato de que, atualmente, a atividade econômica principal do município é a agricultura de subsistência. Para o efetivo fortalecimento da agricultura familiar, acredita-se na necessidade da associação e da cooperação entre os produtores para a constituição de EESs; entretanto, para viabilização desses EESs, é necessário haver acúmulo de capital social entre os produtores familiares.

Para tanto, o objetivo deste trabalho foi diagnosticar se o capital social existente entre os agricultores familiares do município de São José do Barreiro é favorável à constituição de empreendimentos econômicos solidários. Foram identificadas as seguintes características de capital social entre os produtores familiares: alta dificuldade de associação, alta dificuldade no funcionamento democrático e ausência de conexões com outros grupos (dimensão grupos e redes); pouca confiança e solidariedade (dimensão confiança e solidariedade); baixa capacidade de cooperação; bom acesso aos meios de comunicação, no entanto, pouco conhecimento de seus direitos (dimensão informação e comunicação); falso sentimento de inclusão social, pois são sociáveis, mas não dispõem de tempo para o convívio social; pouco conflito; pouca violência no município (dimensão coesão e inclusão social); nenhum empoderamento; falsa sensação de controle das decisões e baixo engajamento civil (dimensão empoderamento e ação política).

Considera-se que o capital social existente entre os agricultores familiares ainda não é favorável à constituição de EESs. Acredita-se que o baixo acúmulo de capital social entre os produtores familiares do município deve-se a sua dependência do laticínio na cadeia produtiva, que expressa sua fragilidade social e, por sua vez, dificulta-lhes o acesso ao capital econômico e ao capital social. Na cadeia produtiva de leite, foi identificada uma relação econômica de monopólio e monopsonio, na qual o laticínio é o único fornecedor e o único comprador do leite. Destarte, os produtores familiares arcam com maiores gastos e obtêm renda reduzida, enquanto os laticínios, que estabelecem o preço dos insumos, a quantidade e o preço do leite produzido, obtêm maior renda. O produtor familiar não tem consciência dessa relação de dependência que existe, pois, para conseguir arcar com esses custos e ainda sobreviver, ele aumenta sua carga de trabalho na tentativa de aumentar sua renda por meio do aumento da quantidade da produção. Essa rotina de trabalho torna-se alienadora, pois o produtor se isola do convívio com a comunidade, restringindo-se ao convívio apenas com o núcleo familiar. Tal rotina alienadora dificulta o acúmulo de capital social necessário às classes mais frágeis, como a dos produtores familiares, para o acesso ao capital econômico. Para

se romper essa rotina alienadora, é pertinente a união dos produtores para tornar possível o acesso ao crédito, agregar valor ao seu produto e melhorar a distribuição do produto ao consumidor final, aumentando a renda e melhorando as condições dos produtores.

Entende-se a necessidade de ações efetivas do poder público municipal mediante políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar (PNAE, PRONAF, PNATER) e até mesmo com a criação de políticas públicas municipais específicas à realidade dos agricultores familiares, para fomentar o acúmulo de capital social entre os produtores de São José do Barreiro. E também ações em parceria entre o setor público e a sociedade civil, com o intuito de constituir uma cultura de confiança e de cooperação. A intervenção do Estado, por meio de ações efetivas que estimulem a associação e cooperação entre os produtores familiares, pode criar condições para que se tornem agentes de mudança, capazes de questionar, propor, inovar e criar estratégias para seu próprio desenvolvimento.

O acúmulo de capital social é uma das variáveis necessárias para a viabilização da economia solidária. Dessa forma, o acúmulo do capital social entre os produtores familiares favorecerá a constituição e a viabilização de EESs. Assim, entende-se que a economia solidária pode ser uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento local de São José do Barreiro, no entanto é necessário o desenvolvimento e o acúmulo de capital social entre os produtores familiares para que essa estratégia se torne efetiva e possa modificar favoravelmente o quadro econômico.

Referências

ARAÚJO, M. C. S. D'. *Capital Social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BASSO, D. *Capital Social e Estratégias de Reprodução das Famílias Rurais*. (Orgs) BAQUERO, M.; CREMONESE, D. *Capital Social: Teoria e Prática*. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.

BOURDIEU, P. (1980) *Le Capital Social*. In: Actes de la recherche en sciences sociales. vol. 31, p. 2-3. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_03355322_1980_num_31_1_2069>. Acesso em: 05 dez. 2015.

BRASIL. *Lei nº 11.326*, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 12 dez. 2015.

CARNIELLO, M. F. e SANTOS, M. J. Predisposição para Formação de Capital Social entre Comerciantes dos Corredores Comerciais da Região Central do Município de São José dos Campos – SP. *Desenvolvimento em Questão*. n.18, p. 169-195, 2011.

CASTRO, C. N. Desafios da Agricultura Familiar: O Caso da Assistência Técnica e Extensão Rural. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*. IPEA, p. 49-59, 2015.

CASTRO, C. N., RESENDE, G. M. e PIRES, M. J. S. Avaliação dos Impactos Regionais do Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar (Pronaf). (Orgs.) RESENDE, G. M. *Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CATI. *Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo de 2007 e 2008, 2009*. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t548.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

COLEMAN, J. Social Capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, v. 94, p. 95-120, 1988.

CONCEIÇÃO, A. A. B. *A Constituição de Projetos de Economia Solidária em São José do Barreiro como Alternativa para o Desenvolvimento Local*. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e desenvolvimento Regional) Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté, Brasil, 2015.

EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. *Mapa Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte*. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>. Acesso em: 10 dez. 2016.

FIRJAN. IFDM - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal_resultado.htm?UF=SP&IdCidade=354960&Indicador=1&Ano=2010>. Acesso em: 12 fev. 2017.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Programa nacional da alimentação escolar*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

FUKUYAMA, F. *Confiança: As virtudes sociais e a criação da propriedade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GAIGER, L. I. O Mapeamento Nacional e o Conhecimento da Economia Solidária. *Revista da ABET*. Campinas, v. 12, n° 1, p. 7 – 24, 2013

GROOTAERT, C., NARAYAN, D., JONES, V. N. e WOOLCOCK, M. Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS). *Grupo Temático sobre Capital Social*. Washington, D.C.; World Bank, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar Primeiros Resultados*. 2009. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354960&search=sao-paulo|sao-jose-do-barreiro>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

INCRA. *Instrução Especial nº 20*, de 28 de maio de 1980. Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_especial/IE20_280580.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

IPEA. *Atlas Brasil 2013*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-do-barreiro_sp>. Acesso em: 10 mar. 2016.

JACOBS, J. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: A Division of Random House, Inc. 1961.

LIMA, A. G. D., TERRA, A. M. S. e CARNIELLO, M. F. Capital Social: Modelos de Instrumentos de Mensuração. *Revista Cereus*. Gurupi, v. 5, n. 1, p. 89 – 98, 2013.

NAGEM, F. A. e SILVA, S. P. Institucionalização e Execução das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. v. 21, n. 46, p. 159-175, 2013.

OSTROM, E.; AHN, T. K. Uma perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción colectiva. *Revista Mexicana de Sociologia*, año 65, n. 1, p. 155-233, 2003.

PUTNAN, R. *Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

REVEZ, J. Papel das Associações de Desenvolvimento Local e Regional, Como Estrutura Organizacional e Funcional Inovadora de Gestão No Desenvolvimento Local: A Experiência Portuguesa Do Alentejo. *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*. v. 4, n. 2, p. 115-139, 20014.

RICCI, F. *Indústrias têxteis na periferia, origens e desenvolvimento: o caso do Vale do Paraíba*. Taubaté, SP: Cabral, 2006.

SANTOS, E. L., BRAGA, V., SANTOS, R. S. e BRAGA, A. M. S. P. Desenvolvimento: Um Conceito Multidimensional. DRd - Desenvolvimento Regional em Debate. *Santa Catarina*, Ano 2, n. 1, p. 44-61, 2012.

SARAIVA, E. B., SILVA, A. P. F., SOUSA, A. A., CHAGAS, C. M. S. e TORAL, N. Panorama da Compra de Alimentos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *RESR. Piracicaba*. v. 53, n. 2, p. 289-304, 2015.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *PIB anual interno bruto*. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/pib-anual/>. Acesso em: 12 mar. 2017.

SEN, A. O Desenvolvimento como Expansão de Capacidade. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, 1993.

SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. *Atlas. 2013*. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>. Acesso em: 01º mar. 2015]

SILVA, D. O. Um Estudo na Região Nordeste Acerca das Práticas de Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários Baseado nos Dados do Segundo Mapeamento. In: I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária. 2015. São Carlos. *Anais...* São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

SILVA, E. P., OLIVEIRA, E. A. A. Q. e ARAUJO, E. A. S. O Conceito de Desenvolvimento Econômico Regional: Uma Revisão Teórica. *The 4th International Congress University Industry Cooperation*. São Paulo, 2012

SILVA, R. M. A. Políticas Públicas de Economia Solidária: Avanços, Desafios e Perspectivas. *Revista Diálogo*. n. 18, p. 53 – 76, 2011.

SINGER. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento Econômico Regional – Uma Revisão Histórica e Teórica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 344-369, 2012.

VIEIRA, E. T. Agropecuária familiar e cadeias produtivas sustentáveis. In: IPPLAN – Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento (Orgs.). *Desenvolvimento Rural: Desafio do Planejamento Econômico e Ambiental*. São Carlos, SP: Cubo, 2014.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.